

O valor do diploma no Brasil

por **Fátima Belchior**, do Rio de Janeiro

Com a elevação dos níveis de escolaridade, a diferença de renda no Brasil entre um trabalhador com vários anos de estudos e outro que não estudou continua bastante elevada, mas está caindo e se aproximando dos padrões de países mais desenvolvidos, sem provocar implicações negativas sobre o mercado de trabalho

Nos últimos anos, tornou-se comum perceber entre os brasileiros um certo pessimismo quanto à validade dos estudos para alavancar rendimentos. Não há dúvidas de que o antigo conselho de avós, pais e tios – “Vá estudar menino, para crescer na vida” – tem sua razão de ser. Está provado com números, em trabalho que acaba de ser concluído pelos pesquisadores Anna Crespo e Maurício Cortez Reis, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que cada ano de estudo tem efeito sobre a renda. Porém, com o passar do tempo,

caiu a diferença entre os ganhos dos que estudaram e os dos trabalhadores sem escolarização.

Em 1982, por exemplo, uma pessoa com 11 anos de estudos tinha um rendimento 139,12% acima do ganho de outra pessoa sem qualquer escolaridade, e essa diferença saltava para 252,67% se fossem 15 anos de estudos. Já em 2004, os ganhos das pessoas que chegavam a 11 anos de escolaridade superavam em apenas 83,69% os rendimentos daquelas que nunca haviam freqüentado a escola, e, no caso de 15 anos de estudos, a di-

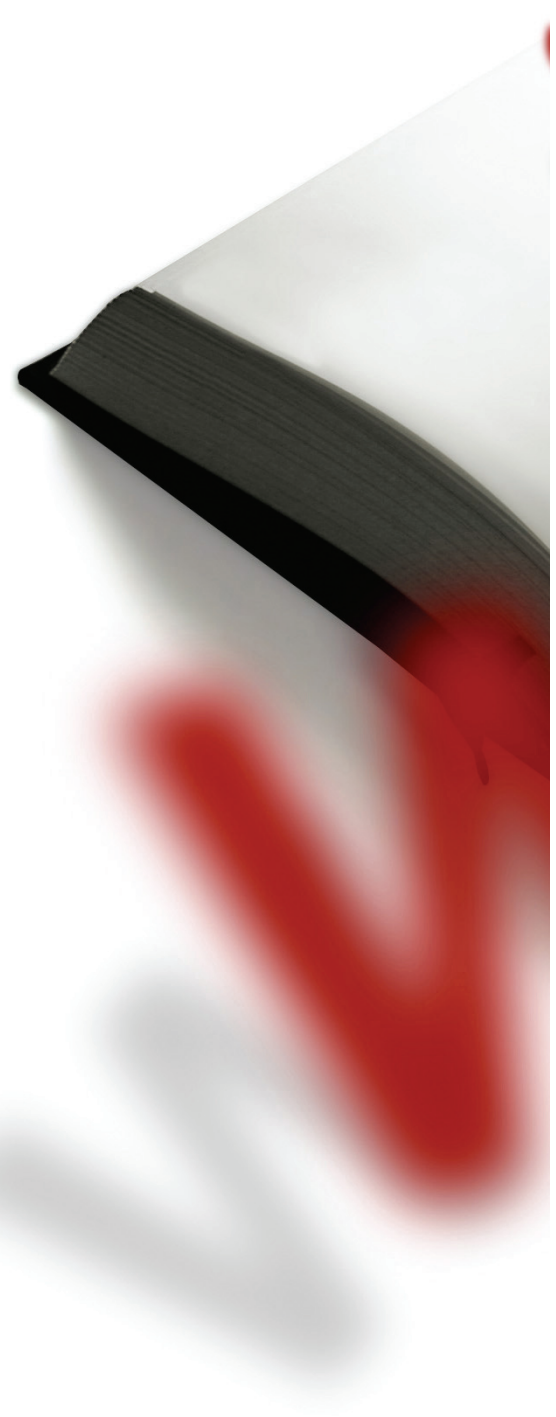




ilustração: syc.hu

Nos Estados Unidos, onde 40% das pessoas têm nível superior e como a

ferença também diminuía, ficando em 178,26%.

Essa menor vantagem da escolaridade sobre a não escolaridade, no entanto, está longe de ser um desestímulo ao estudo ou de ter implicações negativas sobre o mercado de trabalho. Na verdade, significa uma aproximação do panorama brasileiro com o de países desenvolvidos.

ESTADOS UNIDOS Nos Estados Unidos, por exemplo, onde o nível de escolaridade já é alto, o efeito diploma é bem menor. “Uma pessoa com nível superior no Brasil está relativamente muito bem, é altamente produtiva. Desemprego para esta pessoa é muito baixo. Já nos Estados Unidos, onde 40% da população têm nível superior, e como a média educacional é muito alta, o diploma não é um sinal de muita diferença”, compara Cortez Reis.

Com dados representativos de todo o Brasil, durante o período de 1982 a 2004, o estudo dos dois pesquisadores mostra que, no mercado de trabalho brasileiro, é sempre positivo conquistar mais um ano de escolaridade, embora o grande salto

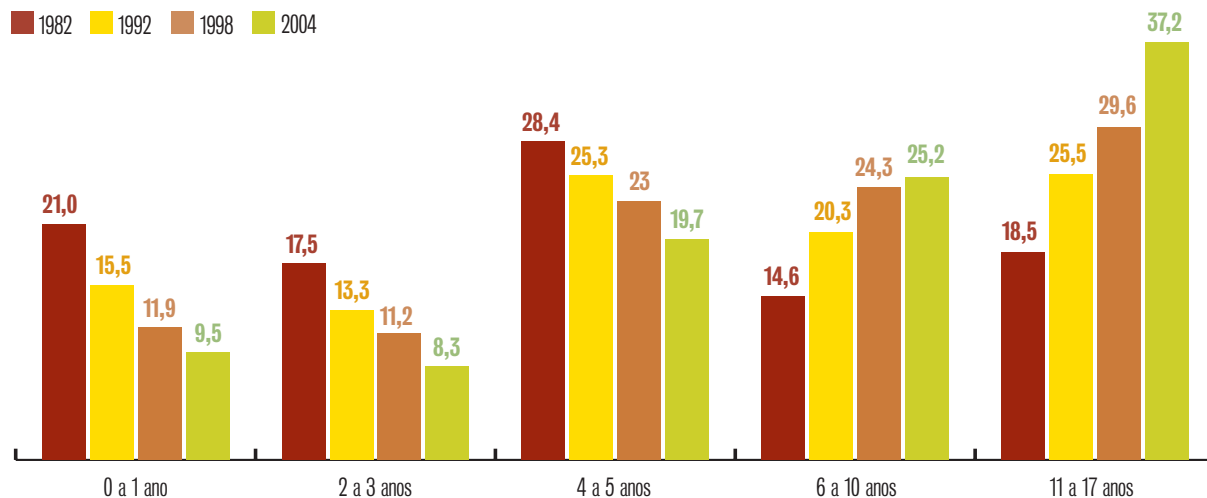


Foto: sxc.hu

O grande salto de renda se dá com a obtenção de um diploma de curso superior

Trabalhador tem mais escolaridade

De 1982 a 2004, houve avanço de trabalhadores com mais de oito anos de estudo
 Proporção (em %) de trabalhadores por faixa de tempo de escolaridade (em anos)



Fonte: Ipea

média educacional é muito alta, o diploma não é um sinal de muita diferença

em renda se dê com a conclusão de uma etapa, o que em geral significa a obtenção de um diploma.

“Há um ganho muito grande com as diferenças de escolaridade, mas, quando se aumenta o número de pessoas com mais educação, o ganho já não é tão alto”, justifica Reis, com o argumento de que o acesso às escolas de um maior número de pessoas acabou acirrando a concorrência no mercado de trabalho, com efeitos sobre os salários. De qualquer forma, destaca ele, existe claramente uma relação positiva entre rendimento e educação.

MERCADO Segundo o estudo do Ipea, de 1982 a 2004 aumentou significativamente o nível educacional na força de trabalho do país. Em 1982, por exemplo, em torno de 25% dos trabalhadores chegavam a completar quatro anos de estudos. Pouco mais de 5% haviam parado na oitava série, quase 10% tinham encerrado seus estudos em 11 anos e apenas 5% completavam o nível superior. Com o avanço da escolaridade no país, em 1990, havia algumas diferenças significativas para alguns grupos: a força de trabalho com quatro anos completos de escolaridade passava de 20%, com oito chegava a quase 10% e com 11 a quase 15%.

Durante os 22 anos estudados, o grande diferencial se deu entre os que chegavam aos 11 anos de escolaridade: eram mais de 15% do mercado de trabalho em 1998 e mais de 20% em 2004, bem longe daquele ano de 1982. Já os que completavam a universidade passavam pouco dos 5%, tanto em 1998 quanto em 2004.

“O sistema educacional cresceu muito de 1982 para cá”, relata, por sua vez, Divonzir Gusso, pesquisador do Ipea, que ao longo de sua história profissional dedicou-se ao tema educação. A cada ano, conta ele, 1,8 milhão de pessoas terminam o ensino médio. Em 2004, 315 mil pessoas concluíram o nível superior. Houve uma duplicação em 2005, quando os números alcançaram 730 mil, relata.

Gusso olha para mais longe e compara

Taxa de evasão das escolas ainda preocupa

Os números de diferentes institutos de pesquisa mostram que as políticas governamentais têm sido positivas no sentido de ampliar a democratização do ensino no Brasil. No entanto, o cenário não é tão positivo quando se trata de avaliar a taxa de permanência dos jovens nas escolas, sobretudo no ensino fundamental.

“Muito tem que ser feito ainda para melhorar a retenção dos alunos na escola. Até mesmo para que entendam que estudar vale a pena”, comenta João Pedro Azevedo, pesquisador associado do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Azevedo baseia-se nas estatísticas divulgadas em 2004 pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Em 1996, a taxa média esperada de conclusão do ensino fundamental (até a oitava série) era de 58,4%, o que indicava expectativa de evasão da ordem de 41,6%.

Em 2004, o quadro agravou-se, seguindo uma tendência verificada a partir de 2001: a taxa esperada de permanência era de 53,5%, apontando para uma evasão de 46,5%. Este percentual revela que metade dos alunos que entraram para o ensino fundamental não concluiu a oitava série.

“O importante é vencer o desafio de manter a criança nos ensinos médio e fundamental”, diz Azevedo, para quem o programa Bolsa Família tem sido positivo neste sentido, mas questões como renda familiar, que leva as crianças cedo para o trabalho, violência nas áreas das escolas, desmotivação de professores e qualidade de infra-estrutura nas unidades de ensino ainda são fatores que contribuem pesado para os atuais resultados.

O quadro fica mais claro quando se comparam os números por região: quanto mais pobre, menor o tempo que os jovens ficam na escola. Segundo o Inep, no Nordeste, a taxa esperada de evasão em 2004 era de 71,8%, enquanto no Norte era de 58,8%, no Centro-Oeste, de 52,19%, no Sudeste, de 40,7%, e no Sul, de 34,9%.

Foto: Eduardo Knapp/Folha Imagens



Da década de 1970 para cá, o Brasil viveu um avanço significativo na área



Foto: sxc.hu

A partir de 1970, um grande avanço tecnológico acentuou os efeitos do ensino no mercado de trabalho

a situação da década de 1960. No meio rural, diz, havia 67% de analfabetos. Hoje, com o avanço do agronegócio, este percentual cai para 14%.

QUALIDADE “A oferta de cursos tornou-se maior, mas este crescimento não foi homogêneo, acompanhado da qualidade em todos os casos”, diz Gusso, que vê nas mudanças da sociedade alguns reflexos, também, sobre os efeitos do ensino no mercado de trabalho. Da década de 1970

para cá, o Brasil viveu um avanço significativo na área tecnológica – um conhecimento que, segundo ele, dá ao indivíduo um diferencial qualitativo.

Num mercado de trabalho competitivo, há diferenças entre rendimentos para pessoas de mesma escolaridade. Segundo Gusso, hoje em dia, as pessoas para se qualificarem precisam ter acesso a bens intangíveis, a atributos pessoais, que as diferenciem daquelas com quem estão competindo.

Se, de um lado, houve uma melhor distribuição do ensino, por outro verificou-se também uma perda de qualidade. “Durante muitos anos, a educação no Brasil era restrita às elites, que estudavam em escolas públicas de boa qualidade. A partir dos anos 1970, o acesso à escola pública tornou-se mais democrático, com avanços nas décadas de 1980 e 1990. Mas não houve avanço em qualidade”, comenta João Pedro Azevedo, pesquisador associado do Ipea, que reconhece a dificuldade de se multiplicar o acesso a determinado serviço, sem que haja perda de qualidade.

Na opinião de Azevedo, estes atributos estão muito associados aos níveis de escolaridade, o que, de certa forma, justifica, para ele, o efeito diploma. Ele diz que, por exemplo, uma pessoa que completou um ciclo aprendeu a ter disciplina, método de organização para o trabalho, noções de hierarquia, ambição – alguns dos fatores desejados pelo mercado produtivo para empregar e remunerar bem um trabalhador.

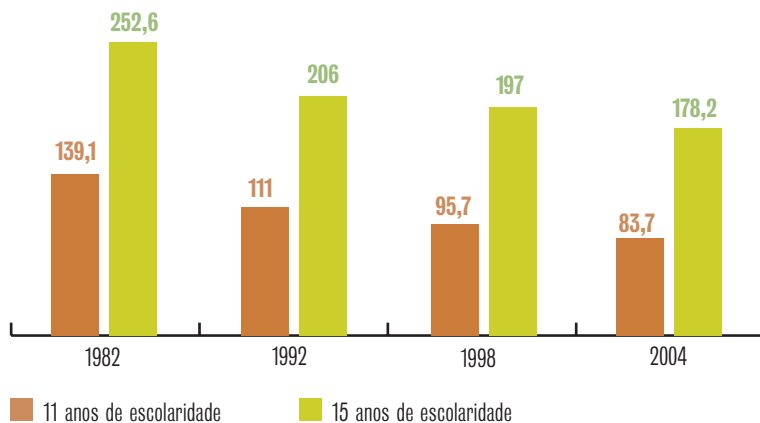
DESAFIOS Ainda há, na avaliação dos economistas, muitos desafios a serem enfrentados, apesar das mudanças que provocaram mais acesso aos níveis médio e fundamental. Segundo Azevedo, da-

Estudar mais vale mais

Valorização do rendimento por nível de escolaridade, na comparação com zero ano de estudo (em %)



Fonte: IPEA



tecnológica — um conhecimento que dá ao indivíduo um diferencial qualitativo

dos do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), em 2004, mostram que apenas metade das pessoas que entraram para o curso fundamental chegou à oitava série. E entre as que cursaram o ensino médio, 70% puderam concluir seus estudos.

Não é por outra razão que, quando se fala do pequeno percentual de brasileiros (5%) que tem nível universitário, os economistas e sociólogos olham os números do Inep e alertam para a necessidade de se fazer algo no sentido de evitar a evasão escolar. “A gente ainda tem um problema muito sério no ensino médio. No ensino superior a taxa de perda é mais reduzida”, comenta Azevedo.

“O que se percebe claramente é que o retorno financeiro tem a ver com a educação”, comenta Cortez Reis, com a ressalva de que, embora o percentual de rendimento tenha caído com o passar dos anos, é sempre positivo estudar mais. Afinal, conforme destaca Azevedo, o Brasil ainda está muito longe dos parâmetros ideais em matéria de escolaridade de sua população.

MOMENTOS-CHAVE “É fato que os aumentos de rendimento no Brasil dão pulos quando comparados aos anos de escolaridade. Percebe-se que há momentos-chave na carreira escolar, onde há um prêmio sempre que se obtém um diploma. É sempre bom estudar, pois o diploma dá um diferencial”, diz Cortez Reis. Afinal, “em terra de cego quem tem um olho é rei”. E para ser rei não basta apenas um diploma da quarta série, mas da oitava série, ou, dependendo da situação, alguns níveis a mais.

Na prática, a diferença de apenas um ano de estudo poderia, na análise de Azevedo, não significar nada para um empregador e, portanto, para a definição do salário a ser pago ao trabalhador. Ocorre, porém, que o empregador necessita de uma referência, quer seja o diploma, o currículo ou uma recomenda-



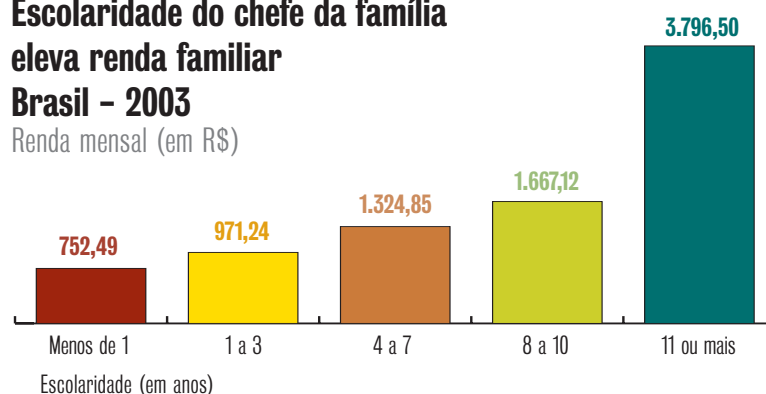
Foto: Antônio Gaudério/Folha imagem

Em 2004, apenas metade das pessoas que iniciaram o curso fundamental chegou à 8ª série

Escolaridade do chefe da família eleva renda familiar

Brasil - 2003

Renda mensal (em R\$)



Fonte: IBGE/Pesquisa de Orçamentos Familiares 2002-2003

Nos momentos-chave, há um prêmio para quem obtém um diploma

Rendimentos e despesas dos diplomados

A Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) de 2002-2003, feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), não deixa dúvidas: a renda das famílias nas quais pelo menos um integrante tem nível superior é maior do que a das demais famílias. E aquelas com seu integrante de referência diplomado (geralmente é o chefe da família) suportam gastos que superam o dobro da média nacional.

Divulgada no final de agosto, a POF revelou, por exemplo, que a renda média mensal das famílias em que um de seus membros tem 11 ou mais anos de estudo era de R\$ 3.796,00 no período pesquisado. Trata-se de um valor cinco vezes superior ao recebido por aqueles em cujo núcleo familiar os estudos de seus integrantes não tivessem chegado a um ano.

Os rendimentos crescem na medida em que se amplia o grau de escolaridade. Para famílias que têm pelo menos uma pessoa com um a três anos de estudos, a renda média era de R\$ 971,24. Se ele tiver de quatro a sete anos de escolaridade, a renda passa a R\$ 1.324,85 e de oito a dez anos, a R\$ 1.667,12.

No grupo mais numeroso de famílias apontado na POF, totalizando

14,2 milhões, a pessoa de referência encontrava-se no ensino fundamental, com quatro a sete anos de estudos (faixa de rendimento médio mensal de R\$ 1.324,85). O segundo maior grupo identificado pela pesquisa, com 11,0 milhões de famílias, situava-se entre aqueles com mais de 11 anos de escolaridade e renda média de R\$ 3.796,50.

Ao analisar as despesas e sua relação com a escolaridade, o IBGE constatou que, nas famílias cuja pessoa de referência tinha menos de um ano de instrução, os gastos mensais reais eram, na média, de R\$ 700,23, e cresciam para R\$ 883,34 quando se tratava de núcleo familiar com integrantes com um a três anos de escolaridade; para R\$ 1.150,05, para o grupo de quatro a sete anos de estudos; e para R\$ 1.473,29 se a faixa de oito de estudos situava-se entre oito e dez anos.

Na faixa mais elevada, em grupos de famílias cuja pessoa de referência tinha 11 ou mais anos de escolaridade, as despesas alcançaram a média mensal de R\$ 2.834,34, bem acima da média geral brasileira, de R\$ 1.473,29.



Foto: Fabiano Accorsi/Folha Imagens

Os gastos das famílias onde alguém tem curso superior são bem mais elevados do que a média nacional

ção para definir melhor sua escolha. Não há, por exemplo, concurso para quem tem dez anos de escolaridade, mas sim para quem chega aos 11 anos, completando um ciclo.

Independentemente das diferenças ou do que ainda deva ser feito, reconhecem que o Brasil registrou avanços nos últimos anos no que se refere à escolaridade da população. Há 20 anos, a escolaridade média no país era de cinco anos, segundo Cortez Reis, para quem esses dados resultaram dos diferentes programas de governos adotados nos últimos anos.

“Há poucos países no mundo onde o retorno da educação é tão valioso como no Brasil, pelo fato de ser um país em desenvolvimento. E, numa economia em desenvolvimento, o prêmio à educação é muito alto. Pessoas bem preparadas são escassas e se tornam um ativo importante na estrutura produtiva. Daí o prêmio”, destaca João Pedro Azevedo. 